

**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, MINORIAS E IGUALDADE RACIAL**

REQUERIMENTO N° , DE 2023

(Do Sr. Henrique Vieira, da Sra. Talíria Petrone, da Sra. Reginete Bispo, da Sra. Daiana Santos, da Sra. Benedita da Silva e da Sra. Erika Hilton)

Requer a realização de Audiência Pública para debater o tema “Letalidade do Estado e o Genocídio da Infância e Juventude Negra”.

Senhora Presidente,

Nos termos dos arts. 117, inciso VIII, 255 e 256, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial, sobre o tema “Letalidade do Estado e o Genocídio da Infância e Juventude Negras”.

Para a referida audiência, propomos que sejam convidadas as seguintes pessoas:

1. Daniel Veloso Hirata, Professor de Ciências Sociais da UFF e coordenador do Núcleo de Estudos dos Novos Ilegalismos (GENI/UFF);
2. Cecília Oliveira, Diretora Executiva do Instituto Fogo Cruzado, Rio de Janeiro/RJ;
3. Representante do Ministério da Igualdade Racial;



\* C 0 2 3 2 0 7 8 0 3 1 6 0 0 \*

4. Fábio Nogueira, Professor da UNEB, integrante do Círculo Palmarino/Ação Negra Bahia, Salvador/BA;
5. Joselicio Freitas dos Santos Junior, integrante do Círculo Palmarino, de Embu das Artes / SP;
6. Dennis de Oliveira, da Rede Quilombaçao, São Paulo/SP;
7. Mônica Cunha, vereadora e fundadora do Movimento Moleque, Rio de Janeiro/RJ;
8. Dani Monteiro, Deputada Estadual e Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro/RJ
9. Douglas Belchior, representante da UNEAFRO, São Paulo/SP
10. Lucia Xavier, representante da ONG Criola, Rio de Janeiro/RJ
11. Representante do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania
12. Representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública
13. Rute Fiúza, mãe de Davi Fiúza, Coletivo de Familiares de Vítimas do Terrorismo do Estado, Salvador/BA

## **JUSTIFICAÇÃO**

A violência racista perpetrada pelas polícias brasileiras é um flagelo que tem assolado profundamente a sociedade, deixando um rastro de dor, sofrimento e injustiça. Em todo o Brasil, diversos são os movimentos sociais e lideranças da sociedade civil que dedicam sua vida incessantemente na luta por justiça e igualdade e erguem sua voz contra a escalada de letalidade policial que vem acontecendo em nosso país, notadamente nos estados de São Paulo, Bahia e Rio de Janeiro. As vítimas dessa onda de violência frequentemente são crianças e jovens negros, cujas vidas são brutalmente interrompidas por forças policiais.

Na Baixada Santista, em São Paulo, pelo menos 16 pessoas foram assassinadas por policiais militares, no último final de semana de julho. Na Bahia, 31 pessoas foram mortas entre 28 de julho e 04 de agosto, em ações policiais, sendo que o estado tem a polícia mais letal do país em números absolutos; no Rio de Janeiro, dez pessoas foram mortas durante uma



operação das polícias Militar e Civil, no Complexo da Penha, em 02 de agosto. Esses foram os episódios mais recentes desse grave quadro de violação estrutural aos direitos humanos.

Tanto quanto os números, impressiona a reação das autoridades estaduais, que em vez de cobrar publicamente a investigação sobre excessos cometidos pelas polícias, durante essas operações, legitimam a ausência de escrutínio público sobre os altos números de vítimas de operações policiais em áreas periféricas e subúrbios brasileiros e que tem como principais vítimas jovens negros.

Com efeito, estudo recente lançado pelo Instituto Fogo Cruzado constatou que a cada 4 dias, um jovem é baleado no Rio de Janeiro<sup>1</sup>.

As estatísticas de mortes causadas pelas polícias são comparáveis a cenários de conflito armado, o que é inaceitável em um Estado que deveria proteger e garantir os direitos de seus cidadãos. Cada vida perdida é um lembrete doloroso da desumanização que muitos enfrentam nas mãos das instituições que deveriam protegê-los, impactando a saúde mental das pessoas negras, gerando quadros de depressão, ansiedade e transtorno de estresse pós-traumático.

O Brasil não prevê, em circunstâncias de paz, pena de morte. Assim, as mortes em decorrência de intervenções policiais devem ser investigadas e os culpados punidos, caso não seja constatada nenhuma excludente de ilicitude, porquanto condutas violadoras da lei penal.

No caso de crianças e adolescentes mortas nessas condições, o Estado também falha na sua obrigação de promover a proteção integral de crianças e adolescentes, de acordo com o art. 1º, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

A morte sistemática de jovens negros no Brasil tem levado a sociedade civil a denunciar o genocídio da infância e juventude negras, de modo a demonstrar que não se trata de casualidade que crianças e adolescentes negros sejam vitimados de modo tão expressivo em operações policiais.

As sugestões para solucionar essa crise abrangem várias áreas, desde a implementação de câmeras nas fardas dos policiais para garantir maior transparência nas ações, até a reavaliação dos protocolos de atuação, a desmilitarização das polícias e a promoção de políticas de drogas baseadas na saúde e redução de danos. O envolvimento ativo da sociedade civil, especialmente dos movimentos sociais negros e das mães e familiares das vítimas, é fundamental para produzir essas mudanças.

Assim, esta Casa, ciente da urgência da situação, tem o dever de debater o tema. É necessário que se adotem medidas concretas para interromper a espiral de letalidade policial e responsabilizar aqueles que perpetuam esses atos, ouvindo os diversos movimentos sociais, autoridades e pesquisadores que pensam esta temática.

---

<sup>1</sup> Disponível em: <<https://fogocruzado.org.br/mapa-futuro-exterminado>>



REQ n.169/2023

Apresentação: 25/08/2023 16:20:26.007 - CDHM/R

Pela urgência e importância do tema solicitamos o apoio dos pares para aprovação deste requerimento.

Sala das Comissões, 23 de agosto de 2023

**Deputado Pastor Henrique Vieira**  
PSOL/RJ

**Deputada Talíria Petrone**  
PSOL/RJ

**Deputada Reginete Bispo**  
PT/RS

**Deputada Daiana Santos**  
PCdoB/RS

**Deputada Benedita da Silva**  
PT/RJ

**Deputada Erika Hilton**  
PSOL/SP



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pastor Henrique Vieira e outros  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD232078031600>



## Requerimento de Audiência Pública (Do Sr. Pastor Henrique Vieira)

Requer a realização de  
Audiência Pública para debater o tema  
“Letalidade do Estado e o Genocídio da  
Infância e Juventude Negra”.

Assinaram eletronicamente o documento CD232078031600, nesta ordem:

- 1 Dep. Pastor Henrique Vieira (PSOL/RJ) - Fdr PSOL-REDE
- 2 Dep. Erika Hilton (PSOL/SP) - Fdr PSOL-REDE
- 3 Dep. Benedita da Silva (PT/RJ) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 4 Dep. Reginete Bispo (PT/RS) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 5 Dep. Daiana Santos (PCdoB/RS) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 6 Dep. Talíria Petrone (PSOL/RJ) - Fdr PSOL-REDE

